



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção Especializada em Uniformização de Jurisprudência

Ata n. 3 (três) da sessão ordinária do Tribunal Pleno realizada no dia nove de abril do ano de dois mil e vinte e seis, com início às quatorze horas.

Desembargadores presentes: Sebastião Geraldo de Oliveira (Presidente), José Marlon de Freitas (1º Vice-Presidente), Maria Cecília Alves Pinto (2ª Vice-Presidente), Maristela Íris da Silva Malheiros (Corregedora), Antônio Gomes de Vasconcelos (Vice-Corregedor), Maria Lúcia Cardoso de Magalhães, Marcus Moura Ferreira, Ricardo Antônio Mohallem, Denise Alves Horta, César Pereira da Silva Machado Júnior, Jorge Berg de Mendonça (por videoconferência), Emerson José Alves Lage, Marcelo Lamego Pertence, Fernando Luiz Gonçalves Rios Neto, Paulo Chaves Corrêa Filho, Maria Stela Álvares da Silva Campos, Cristiana Maria Valadares Fenelon, Taisa Maria Macena de Lima, Milton Vasques Thibau de Almeida, Rosemary de Oliveira Pires Afonso, Manoel Barbosa da Silva, Lucas Vanucci Lins, Paula Oliveira Cantelli, Juliana Vignoli Cordeiro, Marco Antônio Paulinelli de Carvalho (por videoconferência), Rodrigo Ribeiro Bueno, Jaqueline Monteiro de Lima, Antônio Carlos Rodrigues Filho, Gisele de Cássia Vieira Dias Macedo, Marcos Penido de Oliveira, Sérgio Oliveira de Alencar, Vicente de Paula Maciel Júnior, André Schmidt de Brito, Marcelo Moura Ferreira (por videoconferência), Danilo Siqueira de Castro Faria, Ricardo Marcelo Silva, Maria Raquel Ferraz Zagari Valentim (por videoconferência), Maria Cristina Diniz Caixeta, José Nilton Ferreira Pandelot, Fernando César da Fonseca (por videoconferência), Sabrina de Faria Fróes Leão e Mauro César Silva.

Ausentes os Exmos. Desembargadores Anemar Pereira Amaral, Sérgio da Silva Peçanha, Paulo Maurício Ribeiro Pires, Adriana Goulart de Sena Orsini, Weber Leite de Magalhães Pinto Filho e Delane Marcolino Ferreira, em gozo de férias regimentais.

A Exma. Desembargadora Maria Lúcia Cardoso de Magalhães, embora em férias regimentais, compareceu à sessão em razão da homenagem prestada pelo Colegiado por ocasião de sua aposentadoria.

Presente também o Exmo. Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região, Max Emiliano da Silva Sena.

Atuaram como intérpretes de libras Patrícia Alves Loureiro Serafim e Lilian Almeida de Abreu Silva.

Dando início à sessão, o Exmo. Desembargador Presidente, Sebastião Geraldo de Oliveira, cumprimentou a todas e todos, registrou a participação de membros que acompanhavam a sessão a distância e saudou os presentes, desejando-lhes boas-vindas.

Estando na hora designada, satisfeito o quórum regimental e invocando a proteção Divina, o Desembargador Presidente declarou aberta a sessão ordinária do Pleno do TRT de Minas do dia 9 de abril do ano de 2026.

Submetida à apreciação do Colegiado, foi aprovada, à unanimidade, a Ata de n. 2, da sessão plenária ordinária realizada em 12 de março de 2026.

O Exmo. Desembargador Marcelo Moura Ferreira declarou-se impedido para atuar em todos os processos da pauta judicial e administrativa, invocando os artigos 128, parágrafo único, da LOMAN e 8º, parágrafo único, do Regimento Interno, em razão da atuação de seu irmão, o Exmo. Desembargador Marcus Moura Ferreira, nos referidos processos com precedência nas votações pelo critério de antiguidade.

Foram apregoados os processos inseridos na pauta:

1. Processo PJe n. 0010010-89.2026.5.03.0000 PA

Relatora: Exma. Desembargadora Maristela Íris da Silva Malheiros

Requerente: Corregedoria Regional

Requerido: Juiz da 48ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte

DECISÃO: O Tribunal Pleno resolveu, à unanimidade de votos, aprovar a celebração do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, nos termos da proposta contida na fundamentação deste acórdão.

Registrado o impedimento do Exmo. Desembargador Marcelo Moura Ferreira (arts. 128, parágrafo único, da LOMAN e 8º, parágrafo único, do Regimento Interno).

2. Processo PJe n. 0010674-23.2026.5.03.0000 AgRT

Relatora: Exma. Desembargadora Maria Cecília Alves Pinto

Agravante: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Macro Região do Sul de Minas

Advogado: Guilherme Tadeu Ramos Maia – OAB/MG82618

Agravado: Elias de Jesus Miranda

DECISÃO: O Tribunal Pleno resolveu, à unanimidade de votos, conhecer do Agravo Regimental e, no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento.

Registrado o impedimento do Exmo. Desembargador Marcelo Moura Ferreira (artigos 128, parágrafo único, da LOMAN e 8º, parágrafo único, do Regimento Interno).

3. Processo PJe n. 0013261-52.2025.5.03.0000 PADMag

Relator: Exmo. Desembargador Ricardo Antônio Mohallem

Processante: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região

Processado(a): Juiz da Vara do Trabalho de São Sebastião do Paraíso

DECISÃO: O Tribunal Pleno resolveu, à unanimidade de votos, afastar o segredo de justiça e determinar o encaminhamento do processo à Corregedoria para avaliação acerca da possibilidade de se firmar Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

Registrado o impedimento do Exmo. Desembargador Marcelo Moura Ferreira (artigos 128, parágrafo único, da LOMAN e 8º, parágrafo único, do Regimento Interno).

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

4. Processo TRT n. 00063-2026-000-03-00-7 MA

Assunto: Proposição DG n. 03/2026 – Correções no Regulamento Geral da Secretaria e na Resolução GP n. 383, de 14 de abril de 2025.

DECISÃO: O Tribunal Pleno resolveu, à unanimidade de votos, aprovar o Ato Regulamentar GP n. 14, de 14 de abril de 2026, que altera o Regulamento Geral da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, e aprovar a Resolução GP n. 419, de 14 de abril de 2026, que altera a Resolução GP n. 383, de 14 de abril de 2025.

Registrado o impedimento do Exmo. Desembargador Marcelo Moura Ferreira.

REGISTROS

Aberta a sessão, o Exmo. Desembargador Sebastião Geraldo de Oliveira propôs a alteração da sessão ordinária de setembro de 2026 do dia 10 para o dia 17, em razão de compromisso institucional junto à Academia Brasileira de Direito do Trabalho. Submetida a matéria, não houve objeções, sendo a proposta aprovada.

Na sequência, a Exma. Desembargadora Juliana Vignoli Cordeiro requereu a exibição de vídeo institucional, de curta duração, acerca do trabalho em condições análogas à escravidão. Com a palavra, destacou que a iniciativa decorre da necessidade de ampliar a conscientização sobre a gravidade e a atualidade do tema, relatando experiências vivenciadas em ações de enfrentamento à referida prática e ressaltando tratar-se de relevante questão social que demanda a atenção e o engajamento de todos.

Após a exibição do vídeo, o Desembargador Presidente registrou tratar-se de iniciativa de grande impacto e relevância, esclarecendo que a proposta é que, a cada sessão, seja apresentada uma breve exibição sobre o tema, de modo gradual, com vistas à reflexão do Colegiado acerca da gravidade da matéria.

Na sequência, o Desembargador Presidente anunciou a realização de homenagem à Exma. Desembargadora Maria Lúcia Cardoso de Magalhães, em razão de sua aposentadoria, destacando tratar-se de sua última participação em sessão do Tribunal Pleno. Ressaltou o caráter marcante da ocasião e a tradição desta Corte de prestar homenagens aos magistrados que dedicaram longos anos de serviço ao Tribunal. Para esse fim, designou a Exma. Desembargadora Maria Cristina Diniz Caixeta, que, tendo aceitado a incumbência, recebeu a palavra para, em nome dos magistrados, prestar a devida homenagem.

Dando continuidade à homenagem, a Exma. Desembargadora Maria Cristina Diniz Caixeta, designada para se manifestar em nome do Colegiado, proferiu as seguintes palavras:

“Exmo. Sr. Presidente Des. Sebastião Geraldo de Oliveira.
Exmos. Desembargadores da Administração.
Exmas. Desembargadoras e Exmos. Desembargadores que compõem esta seleta Corte Trabalhista.
Exmo. Procurador do Ministério Público do Trabalho.
Sras. Advogadas e Srs. Advogados.
Servidores da Casa, do Gabinete, familiares, Senhoras e Senhores.
Querida Dra. Maria Lúcia!

Recebi com muita alegria e renovada honra a missão que me foi concedida pelo Presidente deste Tribunal, Des. Sebastião Geraldo de Oliveira, para, em nome da Corte, saudar e homenagear a Desembargadora Maria Lúcia Cardoso de Magalhães em razão de sua aposentadoria.

A missão, apesar de desafiadora, torna-se mais leve, quando as pressões e os pesos da vida para dedicar-se aos encantos da cultura, da responsabilidade, da alegria e da leveza que a magistratura lhe proporcionou ao longo desses mais de 50 anos dedicados ao serviço público.

Seu curriculum, aqui sintetizado, traduz sua rica e inspiradora trajetória, ao consignar que a Dra. nasceu em Ponta Grossa, Paraná, em 9 de maio de 1951, filha de Francisco Cardoso e Izeoleth Santos Cardoso.

Formou-se no Curso de Letras (Português/Francês) em 1972, classificada em primeiro lugar.

Fluente em inglês, francês, espanhol e italiano, com especialização em literatura francesa na Universidade Sorbonne, em Paris;

Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa em 1975.

Em 1974, foi nomeada, por concurso, para o cargo de Auxiliar de Serviços Judiciários da Justiça do Trabalho – Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

Sequencialmente vieram as nomeações para o cargo de Técnico Judiciário do Tribunal do Paraná, com várias promoções na carreira.

Em 1979, casou-se com o mineiro Fernando e foi removida, a pedido, para a JCJ de Sete Lagoas, onde trabalhou por quatro anos.

Em 1982, assumiu o cargo de Procuradora Regional do Trabalho da 2ª Região e, em 1984, foi removida para a PRT de Minas Gerais, onde atuou por 15 anos.

Foi nomeada em 20.09.1999, pelo Presidente da República, pelo quinto constitucional, para o cargo de Juíza Togada do TRT Mineiro.

Foi Desembargadora Vice-Presidente Administrativa deste Tribunal, no biênio 2008/2009.

Integrou a 3ª Turma deste Tribunal, bem como a 9ª Turma e a 4ª Turma, e participou, ao longo de sua carreira, das sessões especializadas da SDI-2 e SDC.

Integrou várias comissões e comitês deste Tribunal, e o maior tempo de permanência em Turma foi na Quarta Turma, onde a presidiu e a integrou por longo período até a aposentadoria.

Em 1º/5/2026, encerrará a nobre carreira neste Regional.

É cidadã honorária de Belo Horizonte e acadêmica da Academia Feminina Mineira de Letras – AFEMIL.

Agora, como não poderia deixar de ser, Doutora, as minhas palavras serão aquelas brotadas do coração, porquanto a nossa feliz convivência nesta Corte, por mais de 20 anos e sucessivas substituições em seu gabinete, mostrou-me o seu lado humano, sensível, acolhedor, amoroso, amigável, respeitoso, familiar e aquele voltado para as artes, a música, a dança e a cultura.

Assim, Dra., a partir de agora, o coração dita as notas dessa homenagem, e as bênçãos divinas, por certo, harmonizarão esse momento único, em que se diz missão cumprida para a vida jurídica e janelas se abrem para uma nova vida, com mais tempo para o tempo que a senhora tanto ama e tanto lutou para dele agora usufruir.

Doutora,

Há trajetórias que não se medem pelo tempo de serviço, mas pela extensão da luz que deixam.

Há pessoas que passam — e há aquelas que permanecem como claridade.

Hoje nos reunimos para celebrar uma mulher que fez do processo não apenas um instrumento técnico, mas verdadeira ferramenta de justiça, moldada com inteligência, sensibilidade e coragem — sobretudo na defesa incansável da igualdade feminina.

Uma mulher que:

Transformou autos em pontes, acórdãos em sementes, e o Direito em gesto de cuidado humano.

Uma mulher que soube transformar o processo em caminho de justiça, o correr dos prazos em compromisso humano e a toga em gesto de escuta.

Construiu com lisura a sua permanência por décadas na 4ª Turma deste Tribunal, onde fecundou amizades insuperáveis.

Nascida em 9 de maio, trouxe consigo a poesia própria desse mês: maio que floresce, que suaviza os dias, que anuncia maturidade e beleza serena.

Há algo de simbólico em vir ao mundo quando as flores se abrem — como se a própria vida lhe tivesse confiado a missão de florescer por onde passasse.

Nascer em maio é nascer com vocação de flor, e florescer foi sempre o seu modo de existir.

Paranaense de Ponta Grossa, encontrou em Minas Gerais não apenas um segundo estado, mas um segundo coração. Aqui construiu família e carreira, aqui plantou afetos, aqui se enraizou como quem escolhe onde quer pertencer.

Mineirou o sotaque do afeto e fez da terra adotada um lar definitivo.

Abriu o coração para as montanhas mineiras e acolheu a brisa belorizontina como quem acolhe um ser amado, cujo reconhecimento de identidade veio com o título de Cidadã Honorária de Belo Horizonte, que lhe foi outorgado pela Câmara Municipal.

Companheira paciente de seu marido Fernando, mãe dedicada de Fernando Augusto, Ana Lúcia e Ana Luiza, avó encantada de Isabela e Ana Beatriz, projetou nas netas a continuidade de seus princípios, como se cada geração fosse um novo capítulo de sua fé, de sua ética e de sua crença na justiça.

Devota de todas as Nossas Senhoras, mas, em especial, de Nossa Senhora Desatadora dos Nós, de quem recebeu luzes para desfazer os nós humanos que chegam à Justiça, e o fez com serenidade, prudência e fé.

Onde havia conflito, ofereceu escuta; onde havia aridez, semeou esperança.

Na Fazenda Aurora, que carrega no nome a promessa de recomeços, lá ergueu uma capela: lugar onde o Direito encontra o sagrado, onde a toga e a oração dialogam em silêncio.

Naquele local santo, dizia a senhora, que o tempo desacelera e a vida encontra o seu sentido mais essencial.

Ah, Doutora! Quantas vezes fui testemunha de seu orgulho pela Capela, dizendo-me que lá a fé tem cheiro de terra molhada, onde a justiça se transforma em oração!

Mulher de gestos suaves, poucas palavras, tímida e reservada, mas de convicções firmes na construção de amizades sólidas, baseadas na lealdade e na confiança.

Com ela aprendi a sabedoria de que as grandes forças, profundas, assim como os rios, não fazem ruído, apenas seguem o curso sereno de seu leito em busca do propósito desejado.

A senhora nos ensinou que a igualdade intelectual é uma riqueza coletiva: quando uma mulher ocupa seu lugar de voz e pensamento, toda a sociedade se eleva.

E demonstrou, com a serenidade dos justos, que razão e humanidade não são opostas — são irmãs que devem caminhar lado a lado.

Amante das viagens, da música, da dança de salão, das cores e do arco-íris — vive como quem reconhece que a vida, tal qual a Justiça, precisa de harmonia, ritmo e diversidade, sem abdicar da leveza e do compasso firme para que a música tenha mais significado de vida.

A senhora, Doutora, deixa na memória viva deste Tribunal acórdãos paradigmas, nos quais decidiu com a mesma cadência de quem conduz um passo certo de dança, no ritmo, mas sem se olvidar da precisão e da fidelidade às leis e à justiça.

Admiradora do cinema, do teatro, das flores e da cultura, trouxe para o universo jurídico a delicadeza do olhar humanista, lembrando-nos de que julgar é também compreender a complexidade da alma humana.

Neste tempo em que celebramos conquistas femininas, não podemos nos esquecer de que Vossa Excelência, nesta Corte, foi sempre uma defensora incansável da necessidade de se dar o merecido reconhecimento às mulheres, bradando sempre, em voz tímida, suave, porém forte, para exaltar que a dignidade feminina não tem cor nem silêncio.

Vossa Excelência, sob o manto da toga, fez dessa consciência um compromisso diário, empunhando, em cada sessão, a bandeira dos direitos e deveres femininos, com elegância e firmeza.

E foi buscando nos álbuns da vida de mulheres corajosas, sensíveis e líderes de pensamento que a senhora encontrou espaço na Academia Feminina Mineira de Letras, a nossa querida AFEMIL, onde ocupa a cadeira n. 29, cuja patrona é Narcisa Amália, primeira mulher a atuar profissionalmente como jornalista no Brasil.

E, embalada pela leitura do livro “Nebulosas”, escrito por Narcisa em 1872, quando já se reivindicava o direito das mulheres de participarem do cenário literário e intelectual brasileiro, Vossa Excelência ganhou fôlego para erguer a bandeira feminina nesta Corte trabalhista.”

Ainda com a palavra, a Exma. Desembargadora Maria Cristina Diniz Caixeta solicitou autorização para dar continuidade à homenagem, convidando os presentes a assistirem a vídeo institucional, cuidadosamente produzido pela Secretaria de Comunicação Social deste Tribunal, ocasião em que parabenizou a servidora Adriana Spinelli e sua equipe pelo trabalho desenvolvido, requerendo sua exibição para que familiares e demais presentes pudessem compartilhar a trajetória da homenageada.

Na sequência, a Exma. Desembargadora Ouvidora convidou a assessora-chefe do gabinete da homenageada, Sra. Patrícia, para proceder à entrega de flores à Exma. Desembargadora Maria Lúcia Cardoso de Magalhães, como forma de homenagem do gabinete.

Com a palavra, o Exmo. Desembargador Paulo Chaves Corrêa Filho proferiu a seguinte manifestação: “Doutora Maria Lúcia Cardoso de Magalhães, a notícia de sua aposentadoria, em data próxima, deixou-me muito triste. De fato, tive a honra de trabalhar com Vossa Excelência desde o primeiro dia, há mais de 13 anos, neste augusto Tribunal, como Desembargador, sempre na egrégia Quarta Turma. Nesse longo período, Vossa Excelência, sempre digna e nobre, mostrou-se uma pessoa diferenciada, verdadeira jurista e humanista, extremamente educada no trato, competente, solidária, religiosa e amiga. Registro aqui minha eterna gratidão por tantos ensinamentos e pelo legado que deixou a mim, ao Tribunal e, notadamente, à Quarta Turma. Formulo, neste momento, ainda combalido a notícia, votos de que a nova etapa de vida de Vossa Excelência seja plena de paz, saúde e felicidade, ao lado de sua nobre família.”

Dando prosseguimento, o Desembargador Sebastião Geraldo de Oliveira agradeceu à Desembargadora Maria Cristina Diniz Caixeta pela sensibilidade, poesia e harmonia com que, em nome do Colegiado, prestou a homenagem à Desembargadora Maria Lúcia Cardoso de Magalhães, destacando, ainda, a manifestação que a sucedeu. Na oportunidade, informou que familiares da homenageada também desejavam prestar homenagem e convidando-os a se dirigirem à frente do plenário para a respectiva homenagem.

Em seguida, foi concedida a palavra à Exma. Desembargadora Maria Lúcia Cardoso de Magalhães, que proferiu o seguinte discurso de despedida:

“Exmo. Sr. Presidente, Des. Sebastião Geraldo de Oliveira, Exmo. Procurador Chefe do MPT, Dr. Max Emiliano da Silva Sena, prezados colegas, senhoras e senhores, familiares e amigos (as) presentes:

Em recente entrevista, me perguntaram qual era o meu poema preferido?

Sem hesitar respondi ‘A Travessia’, do poeta brasileiro, Fernando Torres de Andrade, é o que mais me toca no presente momento...

‘Há momentos na vida em que precisamos parar de esperar e começar a confiar...

É o tempo da travessia e se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos...’

Este poema é bastante conhecido por sua mensagem de coragem diante das mudanças da vida.

‘A Travessia’ usa a metáfora do caminho e da passagem para falar sobre transformação interior. A força do poema está no tom motivador e reflexivo e que se torna impactante para mim no presente momento.

A aposentadoria é um momento de transição pessoal...

Ingressei na Justiça do Trabalho em 02/04/74, por concurso público, como Auxiliar de Serviços Judiciários, no TRT2 - SP, prestando serviços à 1ª JCJ de Curitiba-Pr e à JCJ de Ponta Grossa e encerrei a carreira como Técnico Judiciário, Classe C no TRT9 – Pr.

Quando funcionária, gozei de licença especial, por um ano, para fazer um Curso de Pós-graduação na Universidade de Paris III (Sorbonne Nouvelle) de 1976 a 1977 e a bolsa foi ofertada pela Fundação Rotária, Rotary Clube Oeste em minha cidade natal, Ponta Grossa-Pr.

Já residindo em BH pude demonstrar minha gratidão a esse nobre clube de serviços acolhendo estudantes em intercâmbio pelo Rotary Club, um americano e uma dinamarquesa, que foram meus filhos 'de coração'...

Agora, com a aposentadoria, poderei me dedicar a construir pontes e a acolher pessoas de diferentes nacionalidades, crenças e ideologias.

Em 15/02/79 casei com um mineiro e deixei os campos verdes de minha terra natal para aprender a gostar das montanhas de Minas e, ao conhecer Itabira, compreendi o poema clássico de Carlos Drummond de Andrade, 'No meio do Caminho' por sua profundidade.

'No meio do caminho tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
tinha uma pedra no meio do caminho
tinha uma pedra.

Nunca esquecerei desse acontecimento
na vida de minhas retinas tão fatigadas.

Nunca me esquecerei que no meio
do caminho
tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
no meio do caminho tinha uma pedra.'

E eu, apreciando, embasbacada e impactada, aquele mar de montanhas, 'senti' a profundidade do poema!

Após o casamento, em 1979, fiz um pedido de remoção da JCJ de Ponta Grossa-Pr para a JCJ de Sete Lagoas-MG, onde permaneci por 4 anos e onde cultivei amizades que guardarei para sempre em meu coração... Maria Bernadete, Márcio, Fernando, Paulinho, Chirlene, Márcia e Amália...

Em 1983, fiz concurso para o Ministério Público do Trabalho e tomei posse na PRT de São Paulo em 18/10/83 e, em 05/06/84, pedi remoção para a PRT de Minas Gerais, na vaga decorrente da exoneração do Dr. Luiz Carlos da Cunha Avellar.

Permaneci no MPT, por 15 anos, convivendo com colegas vocacionados e pelos quais nutro especial respeito e admiração! Antônio Penzin, de saudosa memória, Deoclécia Dias Amorelli e Maria Laura Franco Lima de Faria, posteriormente, brilhantes presidentes do TRT3.

Saúdo ainda os colegas que ali continuam atuando e os já aposentados, Maria Cristina Dutra Fernandez, atualmente em Brasília, a querida Júnia Savaget, Maria Helena Guthier, Lutiana Nacur Lorentz, Eduardo Botelho, as queridas colegas Júnia Nader e Yamara Azze, já aposentadas, e a Dra. Ana Cláudia do Nascimento, que estava atuando na 4ª Turma. Faço especial menção ao Exmo. Procurador Arlélcio de Carvalho Lage, durante muitos anos chefe do MPT, sempre solidário na composição dos conflitos e à Dra. Amélia Braks Duarte, que participa comigo da AFEMIL.

Em 20/09/99 iniciei minha carreira de Magistrada no TRT3 pelo Quinto Constitucional e devo gratidão eterna aos juizes que me deram posse: Juiz Dárcio Guimarães de Andrade – Presidente, de saudosa memória; Juiz Antônio Miranda de Mendonça - Vice-Presidente; Juiz Márcio Ribeiro do Valle - Corregedor e Juiz Tarcísio Alberto Giboski - Vice-Corregedor.

No biênio de 2008/2009 participei da direção do TRT3 como Vice-Presidente Administrativo, responsável pelos Precatórios. À época, era Presidente o Des. Paulo Roberto Sifuentes Costa, de saudosa memória; o Des. Caio Vieira

de Mello, Vice-Presidente e o Des. Eduardo Augusto Lobato – Corregedor, também de saudosa memória.

Na época de meu ingresso, o TRT era composto de 5 Turmas e hoje já conta com 11 Turmas, sendo que ingressei na 1ª Turma e, hoje, estou compondo a 4ª Turma cuja composição atual tem como Presidente o Des. Delane Marcolino Ferreira, líder vocacionado; o Des. Paulo Chaves Corrêa Filho, de memória invejável e lhanza no trato e a Des. Rosemary Oliveira Pires Afonso, de grande cultura jurídica e arguta sensibilidade!

Também não poderia deixar de agradecer aos competentes secretários Válbria e José Eduardo, bem como aos demais servidores e, em especial, ao Marcelo, meu vizinho, no nosso querido Bairro Itapoã, e, ao Geraldo, que sempre me fala que quando eu aposentar devo mudar para Portugal e que ele irá trabalhar para mim, lá, como motorista... Quem sabe? O futuro a Deus pertence...

Retornando à entrevista, também me perguntaram qual era minha poetisa preferida? Poderia me referir a inúmeras poetisas brasileiras como Adélia Prado, ou Cecília Meireles mas, no presente momento, minha preferida é Cora Coralina, que teve reconhecimento tardio pois publicou seu primeiro livro aos 75 anos! Sua poesia nasce do cotidiano, da memória, da experiência feminina, da infância, da velhice, da natureza e da vida interiorana. Escreveu com linguagem simples, valorizando o saber popular e a dignidade das pequenas coisas. Tornou-se símbolo de sabedoria, perseverança e autenticidade na literatura brasileira.

Gostaria de destacar o trecho de um poema:

‘Não sei se a vida é curta ou longa demais para nós, mas sei que nada do que vivemos tem sentido, se não tocamos o coração das pessoas. [...] E isso não é coisa de outro mundo, é o que dá sentido à vida. É o que faz com que ela não seja nem curta, nem longa demais, mas que seja intensa, verdadeira, pura enquanto durar...’

Enfim, como vocês já perceberam, aposentada, quero voltar à poesia, às artes e à literatura, seguindo os passos da nossa Curadora Des. Emília Facchini, mulher inteligente, culta, graduada em Direito, História e Filosofia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelas graças que me foram concedidas com a iluminação do Espírito Santo!

A meu marido Fernando, companheiro de todas as horas! A meus filhos Fernando Augusto, Ana Lúcia e Ana Luísa, pelo carinho e respeito! Aos meus pais, de saudosa memória, pela atenção e apoio que sempre me deram! E, em especial, às minhas netas Izabela e Ana Beatriz, pedras preciosas das Minas Gerais!

Quero agradecer, em especial, às minhas juízas substitutas, Des. Maria Cristina Diniz Caixeta, minha amiga-irmã, contadora de ‘causos’, vocacionada, e hoje, Ouvidora no TRT3, além de ser minha confreira na AFEMIL, ocupando a cadeira nº 28, cuja Patrona é Cora Coralina!

Algumas outras Juízas brilharam no meu Gabinete como Taísa Maria Macena de Lima, Maristela Íris da Silva Malheiros, Érica Aparecida Bessa, Jaqueline Monteiro de Lima, Ana Maria Espí Cavalcanti, Adriana Campos de Souza Freire Pimenta, e, finalmente, a dedicada Juíza Solange Barbosa de Castro Amaral ! Também tivemos alguns Juizes Substitutos que nos honraram com as suas presenças e saber jurídico, como o Dr. José Eduardo de Resende

Chaves Júnior, o Dr. Lucas Vanucci Lins, o Dr. João Bosco de Barcelos Coura, Dr. José Marlon de Freitas e o Dr. Flávio Vilson da Silva Barbosa.

Ainda quero agradecer aos que atuaram como assessores no Gab 30: o Juiz João Roberto Borges, de saudosa memória, Carlos Cosenza, amigo de sempre, Deila Barbosa de Araújo Lucas, 'expert' em processo civil e as atuais assessoras Patrícia Calábria Silveira e Myres Arlete Diniz Medeiros Ayres, que enobrecem o Gab. 30 com o conhecimento jurídico e a ética no trato com os advogados!

Meus sinceros agradecimentos às Chefes de Gabinete, de ontem, Sandra de Oliveira Bernardes e, de hoje, Márcia Helena Salgado Brandão, pela imensa dedicação!

No quadro atual de assistentes gostaríamos de agradecer à 'decana' Elza Franco de Almeida Lemos, Cláudia Márcia Saldanha, Marta Alves Dias, Maria Jacqueline Maia e à novata Bruna Santana, 'expert' na Informática e aos assistentes Daniel Souza Auler, Estevão Luíz Fidélis e Fábio Luiz dos Santos Costa!

Parabéns a toda esta equipe 'brilhante'!

Também queremos agradecer aos estagiários, Júlio Martins, hoje, servidor no TRT9-Pr, Olívia Caetano, Fernanda Theodoro, Larissa, Núbia, Aysla e Gustavo. Às amigas do Gab30, Cláudia Campos Christo, Paula Guimarães, Regina Célia Sene, Ana Paula Vidigal, Alexandra Marques de Freitas e Clarissa Barbosa de Oliveira, atualmente Juíza do Trabalho Substituta da VT / Araxá. Finalmente, queremos agradecer a todos os terceirizados do Setor de Transportes, à Paula e ao seu esposo Jari Tadeu Ferreira, que, durante 14 anos, me serviu com muita dedicação, além do funcionário cedido pela Secretaria de Educação/MG, Sebastião, como motorista.

MENSAGEM DE FÉ - 'ACREDITE EM SEUS SONHOS'

Relendo um diário dos anos 70, no mês de junho, escrevi: 'No futuro, se o magistério me decepcionar, eu poderei realizar-me na advocacia ou na magistratura. Quem sabe?'

Foram 10 anos prestados à Justiça do Trabalho e 15 anos ao Ministério Público... E o sonho de ser Magistrada?

Em 20/09/99 realizei este sonho ao tomar posse como Juíza Togada no TRT3 pelo Quinto Constitucional! São 26 anos dedicados à Magistratura! Foram 51 anos de serviço público! Missão cumprida! Sonho realizado! Início de um novo ciclo de vida...

Despeço-me de todos os Colegas Desembargadores, e, em especial, das Desembargadoras, na pessoa de nossa ex-presidente Denise Alves Horta, que tão bem dirigiu o TRT3 no último biênio, 2024/2025, implantando muitas novidades favoráveis às mulheres, bem como excelentes programas culturais e sociais, mantendo o TRT no nível Diamante!

Parabéns à nova Administração sob a batuta do Des. Sebastião Geraldo de Oliveira, à 1ª Vice-Presidência, conduzida pelo Des. José Marlon de Freitas, à 2ª Vice, pela competente Maria Cecília Alves Pinto, à Corregedoria pela dinâmica Maristela Íris da Silva Malheiros e ao Vice-Corregedor, Antônio Gomes de Vasconcelos, que muito colaborou com o meu Gabinete, à época em que chefiava o Cejusc-JT 2º grau.

Que N. Sra. do Rosário de Fátima os abençoe! Obrigada!"

Na sequência, o Exmo. Procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais, Dr. Max Emiliano da Silva Sena, proferiu a seguinte manifestação:

“Exmo. Senhor Presidente do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho,
Doutor Sebastião Geraldo de Oliveira,
Exma. Senhora Desembargadora Dra. Maria Lúcia Cardoso de Magalhães, nas pessoas de quem cumprimento magistradas, magistrados e demais autoridades presentes,
prezadas servidoras e servidores,
senhoras e senhores, boa tarde.

Celebrar a trajetória da Desembargadora Maria Lúcia Cardoso de Magalhães por ocasião de sua aposentadoria é reconhecer não apenas uma carreira exemplar, mas também um capítulo importante da história da Justiça do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais.

Integrante de uma geração pioneira, Dra. Maria Lúcia esteve entre as primeiras mulheres a abrir caminhos no Ministério Público do Trabalho, tendo sido aprovada no primeiro concurso da instituição, em 1983, para atuar em Minas Gerais. Em um contexto ainda marcado por barreiras à presença feminina em espaços de poder e decisão, sua trajetória se inscreve como referência de coragem, competência e compromisso público.

Quando já atuava como Procuradora do Trabalho no final da década de 1980, Dra. Maria Lúcia desempenhava suas funções em um cenário institucional bastante distinto do atual. À época, a atuação no segundo grau era mais restrita, centrada na elaboração de pareceres e na participação nas sessões do Tribunal.

Sua passagem pelo Ministério Público do Trabalho deixou não apenas contribuições jurídicas. Dra. Maria Lúcia é lembrada com carinho pelos seus contemporâneos que ainda atuam no MPT, como os Procuradores Eduardo Maia e Júnia Savaget, e pelo relacionamento sempre cordial com colegas e servidores.

Em 1999, ao ingressar na magistratura trabalhista, a doutora Maria Lúcia deu continuidade à sua vocação pública, representando o MPT nesta prestigiosa Corte. Foi igualmente marcada pelo compromisso com a justiça, pela sensibilidade na análise das questões sociais e pelo rigor técnico que sempre pautou sua trajetória. Como Vice-Presidente Administrativa no biênio 2008/2009, contribuiu também para a gestão institucional, demonstrando liderança e dedicação ao fortalecimento da Justiça do Trabalho.

O reconhecimento de sua trajetória extrapola os limites da carreira jurídica. Sua posse como membra efetiva da Academia Feminina Mineira de Letras, em 2008, evidenciou sua sensibilidade intelectual e o compromisso com a cultura e o pensamento. Da mesma forma, o título de cidadania honorária de Belo Horizonte consagrou o impacto de sua atuação na vida pública da capital mineira, refletindo o respeito e a admiração conquistados ao longo dos anos.

Neste momento de despedida da vida institucional ativa, permanece o legado de uma carreira íntegra, dedicada e inspiradora. Mais do que os cargos que ocupou ou os títulos que recebeu, a doutora Maria Lúcia deixa como herança o exemplo de uma atuação comprometida com a justiça, com o serviço público e com os valores que sustentam o Estado Democrático de Direito.

Dra. Maria Lúcia, receba, portanto, nossa profunda homenagem, reconhecimento e gratidão. Que esta nova etapa seja vivida com a mesma plenitude, elegância e significado que marcaram toda a sua trajetória.

Entrego também o abraço afetuoso de todos os membros e servidores do MPT em Minas Gerais.

Parabéns, sucesso e felicidades em sua nova jornada.

Obrigado.”

Ato contínuo, a Desembargadora Maria Lúcia Cardoso de Magalhães agradeceu ao Procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho pelas palavras proferidas e solicitou que transmitisse seu abraço a todos os membros da instituição, inclusive aos novos integrantes. Manifestou, ainda, seu agradecimento àqueles que já se aposentaram e aos que permanecem em atividade, destacando a satisfação pela convivência com os Procuradores do Trabalho em Minas Gerais.

Dando prosseguimento, o MM. Juiz Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 3ª Região – AMATRA3, Washington Timóteo Teixeira Neto, manifestou-se, em nome da entidade e dos magistrados de primeiro grau, para prestar homenagem à Desembargadora Maria Lúcia Cardoso de Magalhães, destacando sua trajetória neste Tribunal como exemplo de dedicação à causa pública e à Justiça do Trabalho, desde seu ingresso na magistratura, em 1999, pelo quinto constitucional destinado ao Ministério Público do Trabalho. Ressaltou o orgulho da associação em tê-la em seus quadros e assinalou que sua aposentadoria representa o encerramento de um ciclo brilhante na Magistratura, cujo legado de ética, trabalho e compromisso com a Justiça do Trabalho permanecerá como fonte de inspiração. Em nome dos magistrados associados, inclusive da primeira instância, consignou profunda gratidão pelas contribuições prestadas à Justiça do Trabalho mineira, formulando votos de que a nova etapa de sua vida seja repleta de saúde, paz e realizações, junto a seus familiares e amigos.

Em seguida, novamente com a palavra, a Desembargadora homenageada agradeceu as manifestações, registrando sua participação na associação ao longo de sua trajetória. Destacou que esteve presente em diversos momentos institucionais da entidade, inclusive em eventos realizados em sua sede, mencionando, de forma descontraída, a realização de reunião familiar no local. Ressaltou, por fim, que sempre prestigiou a associação e nela teve participação ativa, reiterando seus agradecimentos.

Prosseguindo, a Desembargadora Denise Alves Horta manifestou-se para prestar homenagem à Desembargadora Maria Lúcia Cardoso de Magalhães, registrando sua admiração pela forma como sempre representou o gênero feminino no Tribunal. Destacou a convivência profissional na 4ª Turma, onde atuaram conjuntamente por cerca de dez anos, período em que exerceu, inclusive, a função de revisora, ressaltando tratar-se de fase marcante em sua trajetória, caracterizada por tranquilidade e harmonia nos trabalhos. Assinalou que pôde, nesse período, aprofundar sua admiração pela homenageada, em razão de suas decisões sensatas, pautadas na lei e marcadas por especial sensibilidade na análise dos aspectos relevantes dos processos, o que proporcionou à Turma momentos de julgamentos expressivos e de elevado nível. Ao final, desejou à Exma. Desembargadora Maria Lúcia Cardoso de Magalhães uma nova etapa de vida repleta de paz, saúde e realizações, ressaltando que, embora com sentimento de tristeza por sua saída do convívio no Tribunal, também se alegra pela conquista de um novo e merecido ciclo, a ser vivido com tranquilidade.

Por fim, a Desembargadora Maria Lúcia Cardoso de Magalhães agradeceu as gentis palavras da Desembargadora Denise Alves Horta. Registrou a satisfação pela convivência profissional mantida ao longo de muitos anos, especialmente na Quarta Turma, destacando ter sido um prazer compartilhar essa trajetória. Ao final, agradeceu a todos e pediu licença para retirar-se da sessão.

Dando continuidade, o Desembargador Presidente cumprimentou os aniversariantes do mês de abril, os Exmos. Desembargadores Marcelo Lamego Pertence, Emerson José Alves Lage, Antônio Gomes de Vasconcelos e Weber Leite de Magalhães Pinto Filho. Registrou, ainda, que, no dia 14 de abril, os Exmos. Desembargadores Marcus Moura Ferreira, Ricardo Antônio Mohallem, Denise Alves Horta e ele próprio completariam 40 anos de Magistratura, destacando tratar-se de período significativo de experiência e dedicação à Justiça do Trabalho.

Na oportunidade, o MM. Juiz Washington Timóteo Teixeira Neto, com a palavra, rendeu homenagens aos Magistrados mencionados, salientando a relevância da data e o legado por eles construído em prol da Justiça do Trabalho e da sociedade mineira. Ao final, o Desembargador Presidente agradeceu as manifestações recebidas.

Em seguida, o Desembargador Ricardo Antônio Mohallem registrou haver encontrado antigo recorte do jornal Estado de Minas, datado de 1986, referente à posse de novos juízes do trabalho substitutos neste Regional, ocorrida sob a Presidência do Exmo. Desembargador José Waster Chaves. Destacou trechos da manifestação proferida pelo então Presidente do Tribunal acerca da missão da magistratura trabalhista, especialmente no tocante à necessidade de equilíbrio, serenidade, prudência e sensibilidade no exercício da jurisdição. Registrou, ainda, os nomes de todos magistrados empossados à época, dentre eles os Exmos. Desembargadores Marcus Moura Ferreira, Sebastião Geraldo de Oliveira e Denise Alves Horta, aqui presentes, salientando haver considerado significativo compartilhar esse registro histórico com os demais integrantes do Colegiado.

O Desembargador Marcelo Lamego Pertence teceu elogios à Desembargadora Juliana Vignoli Cordeiro pela iniciativa da apresentação do vídeo sobre o trabalho escravo, enorme mazela que o país ainda enfrenta. Na ocasião, citou frase da Exma. Procuradora do Trabalho Dra. Maria Helena Guthier: “A miséria é o supermercado da escravidão”, concluindo que, enquanto houver miséria, haverá espaço para a escravidão.

Por fim, o Exmo. Desembargador Sebastião Geraldo de Oliveira agradeceu a lembrança e o compartilhamento do registro histórico e, em seguida, declarou encerrada a sessão às quinze horas e cinquenta e três minutos, agradecendo a presença de todos.

SEBASTIAO GERALDO DE
OLIVEIRA:3083611

Assinado de forma digital por SEBASTIAO
GERALDO DE OLIVEIRA:3083611
Dados: 2026.05.25 12:35:35 -03'00'

SEBASTIÃO GERALDO DE OLIVEIRA
Desembargador Presidente

TELMA LUCIA BRETZ
PEREIRA:30833534

Assinado de forma digital por
TELMA LUCIA BRETZ
PEREIRA:30833534
Dados: 2026.05.22 17:51:47 -03'00'

TELMA LÚCIA BRETZ PEREIRA
Diretora Judiciária



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção Especializada em Uniformização de Jurisprudência

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins, que a Ata n. 3/2026, do Tribunal Pleno, foi disponibilizada no **Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho – Caderno Judiciário**, em 25 de maio de 2026, sendo considerada publicada no **primeiro dia útil subsequente**.

Dou fé.

Belo Horizonte, 26 de maio de 2026.

MARILIA BUZELIN DE
ALMEIDA:33063337

Assinado de forma digital por MARILIA BUZELIN DE ALMEIDA:33063337
DN: c=BR, o=CPC Brasil, ou=Autoridade Certificadora de Justiça - ACC-JUS,
ou=1725224000192, ou=WebConfemencia, ou=Cert-JUS Institucional / A3,
ou=Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região - TRT3, ou=SERVIDORA,
cn=MARILIA BUZELIN DE ALMEIDA:33063337
Data: 2026.05.26 17:25:44 -03'00'

MARÍLIA BUZELIN DE ALMEIDA

Secretária do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e
da Seção Especializada em Uniformização de Jurisprudência.